

BIOÉTICA: A CRÍTICA DE SINGER À ABORDAGEM DA ÉTICA TRADICIONAL

Leila Rosa¹

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns dos aspectos fundamentais da teoria ética de Singer no que diz respeito à bioética. Para o filósofo, a concepção de sacralidade da vida humana somente pode ser justificada a partir da atitude especista dos seres humanos em relação à vida dos demais seres. Sua abordagem permite conhecer a fragilidade de alguns argumentos éticos diante do avanço biotecnológico. Sua teoria pode não ser suficiente para resolver os conflitos relacionados à ética prática, porém mostra-se necessária diante das questões relacionadas à vida, sobretudo quando é preciso uma teoria ética capaz de sustentar argumentos para o debate sobre uma ética da terminação da vida.

PALAVRAS-CHAVE : Bioética. Vida. Sacralidade. Valor.

Bioethics: a critique of Singer to traditional approach to ethics

ABSTRACT: This work presents some fundamental aspects of Singer's ethical theory with regard to bioethics. For the philosopher, the conception of sanctity of human life can only be justified from the special attitudes of human beings in relation to the lives of other beings. His approach gives us the fragility of some ethical arguments before the advance of biotechnology. His theory may not be enough to resolve the conflicts related to ethical practice, but appears to be needed before issues related to life, especially when you need an ethical theory capable of supporting arguments to the debate about the ethics of ending life.

KEYWORDS: Bioethics. Life. Sanctity. Value.

INTRODUÇÃO

Uma questão contemporânea no âmbito da ética é a busca por princípios que possam servir de orientação na abordagem das novas situações impostas pelo desenvolvimento tecnológico. Para Singer, a ética tradicional, sob o enfoque deontológico, frente aos problemas relacionados aos avanços tecnológicos, não consegue dar respostas satisfatórias, pois defende que, em se tratando de questões práticas, o distanciamento do próprio ponto de vista possibilita ao agente moral a adoção de um ponto de vista universal.

De acordo com Singer (2002), nossa capacidade de raciocínio pode ser um fator que nos afasta tanto do subjetivismo arbitrário quanto da aceitação acrítica dos valores de nossa comunidade. Ou seja, o agente moral deve deixar de lado seu ponto de vista particular, bem como ir além dos valores predeterminados pela comunidade ética contemporânea. Não obstante, a razão - faculdade que tem o ser humano de avaliar, julgar, ponderar ideias universais: raciocínio, juízo - pode nos

¹ Aluna do Programa de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (leila_udi@hotmail.com).

conduzir a situações em que ideias tradicionais não conseguem resistir aos desafios impostos pelo ponto de vista universal.

A capacidade da razão de levar-nos para onde não contávamos ir também poderia levar a um curioso desvio diante do que se poderia esperar que fosse a linha direta de evolução. Desenvolvemos a capacidade de raciocinar porque ela nos ajuda a sobreviver e a nos reproduzir. Mas, se a razão é uma escada rolante, então, embora o começo do trajeto nos possa induzir à sobrevivência e à reprodução é possível ultrapassarmos o ponto necessário para lograr tão somente esse propósito. Podemos até mesmo acabar chegando a algum lugar que gere uma tensão com outros aspectos de nossa natureza. Quanto a isso, pode haver, afinal de contas, alguma validade na imagem kantiana da tensão entre nossa capacidade de raciocinar e aquilo que esta possa nos levar a considerar a ação correta, e nossos desejos mais básicos:

Um dos desafios que a reflexão ética exige de nós é sobre a nova situação em que o avanço tecnológico nos colocou. Visto que os avanços no campo da biotecnologia fez emergir diversas discussões, grande parte delas relacionadas à vida (SINGER, 2002, p. 326).

A tensão entre a ética tradicional e o avanço tecnológico

Dentre as dificuldades enfrentadas pela ética tradicional, Singer destaca alguns aspectos que ele considera como pontos fracos. Em outras palavras, o autor (2002, p. 261- 92), questiona o que considera como aspectos falsos da “velha ética”. A crítica é feita às concepções do tipo: “qualquer vida humana tem valor igual”, “é sempre errado tirar a vida de um ser humano inocente”, “é sempre errado tirar a própria vida”, e “é sempre errado permitir que o outro decida tirar sua vida”. Assim também, o mandamento “sede frutíferos e multiplicai-vos” (SINGER, 2002, p. 271) e a tese de que a vida humana é sempre mais valiosa que qualquer vida não humana é alvo da crítica de Singer.

A partir dessa crítica, o autor propõe uma nova abordagem da ética, na qual se permita abordar uma “ética da terminação da vida”. Segundo o autor, a objeção de que qualquer vida humana tem valor igual é o reconhecimento de que o valor da vida humana é variável. Os seres humanos devem ser tratados de acordo com características “eticamente relevantes”, sejam características inerentes à natureza do próprio ser humano, a consciência, a sociabilidade ou a dor causada pela perda do indivíduo.

Em consonância com o primeiro novo mandamento, que reconhece que o valor da vida humana é variável, devemos tratar os seres humanos de acordo com suas características eticamente relevantes. Algumas delas são inerentes à natureza do ser. Elas incluem a consciência; a capacidade de interação física, social e mental com outros seres; uma preferência consciente pela continuação da vida; e a possibilidade de experiências gratificantes. Outros aspectos relevantes dependem do relacionamento do ser com os demais: por exemplo, o fato de ter pais que irão lamentar a morte do indivíduo, o fato de ocupar dentro do grupo uma posição tal que, caso a pessoa seja exterminada, isso leve os outros a temerem por suas próprias vidas. Todos esses fatos fazem uma diferença quanto à consideração ou ao respeito que devemos ter por um ser (SINGER, 2002, p. 264).

A concepção de que é sempre errado tirar a vida de um ser humano inocente não leva em consideração a questão da responsabilidade, nem a das ações praticadas, menos ainda a das omissões. Segundo Singer (2002, p. 264), não é preciso que a nova abordagem da ética considere equivalente o ato de matar e o ato de deixar de salvar, visto que as pessoas que desejam viver devem ter seu interesse garantido. No entanto, a distinção entre matar e deixar morrer é deveras menos nítida do que a princípio nos parece. “Repensar nossa ética de vida e morte pode nos levar a ver com mais seriedade nosso fracasso em fazer o necessário por aqueles cujas vidas poderíamos salvar sem grandes sacrifícios de nossa parte” (SINGER, 2002, p. 269).

Quanto à ideia de que é sempre errado tirar a própria vida, e também permitir que o outro decida tirar sua vida, a objeção dá-se a partir do argumento de que o desejo do outro em viver ou morrer deve ser considerado, isto é, respeitado. O argumento de Singer (2006, p. 97) inclui o sentido da palavra “pessoa” que, segundo Locke, consiste em um ser dotado de razão e reflexão, de maneira tal que, apenas uma pessoa é capaz de desejar viver ou morrer e, ainda, planejar seu futuro. Assim, é errado pôr fim à vida de alguém, apenas nas circunstâncias em que agimos contra a vontade desse alguém:

Só uma pessoa pode desejar continuar a viver, ou ter planos para o futuro, porque só uma pessoa pode até mesmo entender a possibilidade de uma existência futura para si mesma. Isso significa que pôr um fim às vidas das pessoas, contra o desejo delas, é diferente de pôr um fim à vida de seres que não são pessoas. De fato, em sentido estrito, no caso dos que não são pessoas não podemos falar de eliminar suas vidas contra sua vontade, ou segundo sua vontade, porque tais seres não são capazes de ter uma vontade no tocante a essa questão (SINGER, 2002, p. 271).

No que diz respeito ao argumento da ética tradicional, que aconselha a reprodução humana, Singer observa que devemos nos preocupar com o tratamento da vida humana antes que esta venha a tornar-se uma pessoa, isto é, “só traga ao mundo filhos desejados”. Na nova abordagem da ética, o autor trata das questões relacionadas ao embrião humano recusando o contexto da potencialidade, o qual se baseia na ideia de que o embrião é uma pessoa em potencial. De modo que, para o autor, “o fato de o embrião poder transformar-se numa pessoa, não significa que ele agora tenha a capacidade de ser prejudicado. [...] O embrião não tem, nem jamais teve, qualquer vontade ou desejo” (SINGER, 2002, p. 273).

E, por último, sobre a ideia de que a vida humana é sempre mais valiosa que qualquer vida não humana, Singer rejeita a visão na qual todas as vidas humanas possuem igual valor. E, extrapolando a concepção antropocêntrica da ética tradicional, inclui na comunidade moral os animais não humanos sencientes, isto é, animais capazes de sentir dor. Esta inclusão é justificada pelo argumento de que é errado discriminar um ser com base na espécie. De modo que:

devemos assegurar àqueles animais não humanos o mesmo direito à vida que garantimos aos seres humanos, ou considerar tão seriamente errado pôr um fim às vidas daqueles animais não humanos quanto consideramos pôr um fim à vida de um ser humano com as mesmas características ou combinações de características (SINGER, 2002, p. 277).

Considerando, portanto, a crítica de Singer à ética tradicional, admite-se estar diante de uma alternativa capaz de orientar e promover os debates no âmbito da bioética, considerando a bioética como uma “ponte” sob a qual se estabelece o diálogo entre a ciência e a filosofia, a partir da necessidade de compreensão da ética normativa, uma vez que a bioética relaciona-se com questões, as quais estão presentes temas relacionados à igualdade, à vida e à morte, visto que sua perspectiva sustenta que a avaliação de tirar ou não uma vida não pode estar pautada na raça, no sexo ou na espécie a que pertence o indivíduo.

Tirar a vida: pessoas e não pessoas

- Princípio da igual consideração de interesses

Tema recorrente nos debates éticos e políticos, a ideia de que todos os seres humanos são iguais é quase uma unanimidade. No entanto, para Singer (2006, p. 26), se formos além do consenso que estabelece que as formas notórias de discriminação racial são condenáveis e questionarmos a base do princípio de que todos os seres humanos são iguais, aplicando esse princípio a casos específicos, o consenso começará a perder sua força”.

Para nosso autor, o primeiro problema que se constata quando se questiona a base do princípio de igualdade, segundo a qual todos os homens são iguais, é que os seres humanos não são todos iguais. Por conseguinte, a busca de uma base factual que possa sustentar o princípio da igualdade parece inalcançável.

Neste sentido, teorias como a de John Rawls, que defende uma concepção de justiça como equidade, tentam fundamentar o princípio da igualdade nas características naturais dos seres humanos, e defendem, de acordo com Singer, a ideia de que a personalidade moral é uma questão de grau, o que leva-nos a questionar de onde é que se deve traçar a linha que delimita o mínimo necessário para se situar na esfera do princípio de igualdade. Ademais, não é verdade que todos os seres humanos dispõem de uma personalidade moral. Singer desvincula o princípio da igualdade de uma assertiva factual. Por isso, “a posse de uma ‘personalidade moral’ não oferece uma base satisfatória para o princípio de que todos os seres humanos são iguais” (SINGER, 2006, p. 28).

Nota-se que, na aceção de Singer, o fato de os seres humanos serem diferentes entre si é relevante para se propor um princípio mínimo de igualdade, já que a igualdade é fruto da ética básica, e não uma assertiva factual. Ou seja, um princípio mínimo de igualdade “não se baseia na posse de inteligência, de personalidade moral, de racionalidade ou de outros dados semelhantes” (SINGER, 2006, p. 30).

Admitida, portanto, a ideia de que a base do princípio de igualdade não inclui aspectos factuais, e ainda, de acordo com a máxima utilitarista estabelecida por Bentham (1874), na qual “cada um conta por um, ninguém por mais do que um”. E, portanto, admitida a ideia de que todos têm igual valor, Singer propõe como princípio básico de igualdade o “princípio da igual consideração dos interesses”.

A essência do princípio da igual consideração significa que, em nossas deliberações morais, atribuímos o mesmo peso aos interesses de todos os que são atingidos por nossos atos. Isso significa

que, se apenas X e Y viessem a ser atingidos por um possível ato, e que, se X estiver mais sujeito a perdas e Y mais sujeito a vantagens, melhor será deixar de praticar o ato. Se aceitarmos o princípio da igual consideração de interesses, não poderemos dizer que é melhor praticar o ato, a despeito dos fatos descritos, porque estamos mais preocupados com Y do que com X. Eis a que o princípio realmente equivale: um interesse é um interesse, seja lá de quem for esse interesse (SINGER, 2006, p. 30).

De acordo com Singer, o princípio da igual consideração de interesses atua como uma balança de modo a considerar apenas os interesses, independente de quem os tenha. Todavia, o princípio não impõe tratamento igual e, como base para a igualdade, o objetivo consiste numa tentativa de se chegar a resultados mais igualitários.

Em casos especiais, a igual consideração de interesses pode aumentar a diferença entre duas pessoas em níveis distintos de bem-estar. É por esse motivo que esse é o princípio mínimo da igualdade, e não da igualdade perfeita e consumada (SINGER, 2006, p. 34-5).

No entanto, o princípio da igual consideração de interesses mostra-se necessário para discutir questões relativas à igualdade de tratamento de importância para seres humanos e animais não humanos.

Consideração para com os animais não humanos

A partir da proposição de que a igualdade é uma ideia moral e não uma afirmação factual, não há uma justificativa lógica para tratar os interesses dos animais não humanos sob a prerrogativa dos seres humanos.

Assim, devem-se considerar os interesses de todos os seres afetados pela ação, tendo cada interesse peso igual, isto é, “o princípio da igualdade [deve] ser estendido a todos os seres, negros ou brancos, do sexo masculino ou feminino, humanos ou não humanos” (SINGER, 2004, p. 7). Nesta ótica, a atitude comum dos seres humanos em relação aos animais não humanos se caracteriza como uma atitude “especista”, termo utilizado para definir o “preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras” (SINGER, 2004, p. 68).

A inclusão dos animais não humanos na esfera moral parte da tese de que a capacidade de sentir prazer ou dor é vista como pré-requisito para se ter algum interesse. A crítica utilitarista, quanto ao modo em que os seres humanos tratam os interesses dos animais não humanos, já pode ser encontrada nos primórdios dessa corrente ética, em sua abordagem clássica. Jeremy Bentham (1748), filósofo precursor da teoria utilitarista, já fazia objeções sobre o modo com que os animais não humanos eram tratados. A saber:

Pode vir o dia em que o resto da criação animal adquira aqueles direitos que nunca lhes deveriam ter sido tirados, se não fosse por tirania. Os franceses já descobriram que a cor preta não constitui motivo pelo qual um ser humano possa ser entregue sem recuperação ao capricho do verdugo. Pode chegar o dia em que se reconhecerá que o número de

pernas, a pele peluda, ou as extremidades do os *sacrum* [sic!] constituem razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível à mesma sorte. Que outro fator poderia demarcar a linha divisória que distingue os homens dos outros animais? Seria a faculdade de raciocinar, ou talvez a de falar? Todavia, um cavalo ou um cão adulto é incomparavelmente mais racional e mais social e educado que um bebê de um dia, ou de uma semana, ou mesmo de um mês. Entretanto, suponhamos que o caso fosse outro: mesmo nesta hipótese, que se demonstraria com isso? O problema não consiste em saber se os animais podem raciocinar, tampouco interessa se falam ou não: o verdadeiro problema é este: podem eles sofrer? (BENTHAM, 1974, p. 79).

No mesmo sentido, para Singer a capacidade de sentir dor ou prazer é suficiente para assegurar que um ser possui interesses. “se um ser sofre, não pode haver qualquer justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento. [...] [de modo que] o limite da ciência [...] é a única fronteira defensável de consideração dos interesses alheios” (SINGER, 2004, p. 10).

A relação entre a consciência dos animais não humanos e sua pessoalidade

Admitir que animais não humanos esboçam reações semelhantes às dos seres humanos, quando ambos são submetidos a circunstâncias de estresse, isto é, procedimentos que lhes causam dor e sofrimento, é considerar apenas um dos aspectos da semelhança entre seres humanos e animais não humanos. Dentre outros aspectos, “o comportamento dos animais aponta para a conclusão de que eles têm memória do passado e expectativas quanto ao futuro, que têm consciência de si, que articulam intenções e agem de modo a concretizá-las” (SINGER, 2006, p. 124).

Considerando a definição supracitada de John Locke, tal como referida por Singer (2002, p. 97), na qual uma pessoa consiste em um ser pensante e inteligente dotado de razão, reflexão e tem capacidade de se ver como tal, e ainda mais, a partir da constatação científica de que animais não humanos, ao menos alguns deles, possuem, dentre outras qualidades, memória, capacidade de se projetar no futuro, e consciência de si, implica que alguns animais não humanos são pessoas.

De outro modo, o princípio da igual consideração de interesses, estendido à comunidade dos animais não humanos, leva à assunção de que o comportamento atual dos seres humanos em relação aos animais não é eticamente defensável. E a recusa em admitir a inclusão dos animais não humanos sencientes na comunidade moral consiste apenas no desejo de preservar o privilégio dos interesses humanos em detrimento dos interesses dos animais não humanos.

E, de acordo com a perspectiva de Singer, para quem o tratamento concedido aos animais não humanos não pode ser justificado por princípios éticos, Sônia Felipe (2003, p. 91-2), sustenta que:

Se a ética é a busca do aprimoramento moral da espécie humana, tal aprimoramento do sujeito moral certamente não ocorrerá enquanto esse mesmo sujeito usar dois pesos e duas medidas para orientar-se

nas decisões que toma: um, quando pesa os benefícios de sua ação voltada para dar maior conforto e bem-estar aos membros da própria espécie [...]. outro, quando se trata de fazer uso de outros seres como se fossem meros objetos ou instrumentos colocados à sua disposição para que seus interesses e necessidades, ainda que mesquinhos, sejam satisfeitos. Não há moralidade alguma em tal incoerência, pois do mal causado a outrem não resulta o bem comum a ambos [...]. A ética crítica coloca limites ao gozo humano, ao declarar que os demais seres não estão no mundo para saciar nosso ego, do mesmo modo como nenhum de nós aceita ser objeto para saciedade de gozo alheio. Nossos interesses e preferências têm tanto valor para nós quanto o têm para si interesses e preferências de qualquer ser capaz de os terem.

De modo semelhante, Singer (2003, p. 89) defende que,

por mais interesseiras que sejam as origens da ética, é possível, uma vez que comecemos a pensar eticamente, que sejamos levados para além dessas premissas mundanas [explicações históricas, tradicionais ou religiosas]. Pois somos capazes de raciocínio, e a razão não é subordinada ao interesse pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou alguns dos aspectos fundamentais da teoria ética de Singer a respeito da bioética. Inferir pontos já conclusos seria, em todo o caso, uma imaturidade (contrariando inclusive uma proposição de Singer), visto que são aspectos que contribuem e ampliam o horizonte de discussões relacionadas à bioética, já que, conforme demonstra o autor, a ética tradicional tem esbarrado em questões que extrapolam a sua competência.

Ademais, além da busca pela compreensão do ser humano, a filosofia também se relaciona com as questões práticas contemporâneas. Desse modo, procura entender e identificar soluções possíveis para conflitos éticos relacionados à ética prática, no caso aqui em vista, à bioética.

Notoriamente a abordagem de Singer exige uma mudança de perspectiva, sobretudo, sobre as questões relacionadas à vida que, algumas vezes, são tidas como tabus. A primeira consiste em revogar a ideia antropocêntrica da ética, seguida da obsecção de uma sacralidade da vida humana. A partir desses pressupostos, é possível chegar à discussão de maneira mais ampla de uma ética da terminação da vida.

Não é preciso uma aceitação total da abordagem de Singer, já que não se trata de uma ética pronta e acabada, nem absoluta. Todavia, expor-se a esta abordagem permite conhecer a fragilidade de alguns argumentos éticos diante do avanço biotecnológico. Sua abordagem pode não ser suficiente para resolver os conflitos relacionados à ética prática, porém mostra-se necessária ante as questões relacionadas à vida, sobretudo quando é preciso uma teoria ética capaz de sustentar argumentos para o debate sobre uma ética da terminação da vida.

Portanto, sem a pretensão de apresentar um trabalho conclusivo, a exposição aqui realizada, se por um lado não permite chegar a uma conclusão, por outro conduz a um ponto de partida para a discussão de questões relacionadas à ética prática e a terapias de interrupção ou término da vida.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER. L. Medical Science under Dictatorship. **New England Journal of Medicine**. n. 2. v. 241. p. 44. jul. 1949. Disponível em: <http://www.restoringourheritage.com/articles/nei_medicaldictatorship.pdf>. Acesso em : 9 jun. 2010.

ENGELHARDT JR. H. T. **Fundamentos da bioética cristã ortodoxa**. Tradução de José A. Ceschin. São Paulo: Lovola. 2003.

BENTHAM. J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz. J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural. 1974.

FELIPE. S. **Por uma questão de princípios**. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2003.

HARE. R. **Ética: problemas e propostas**. Tradução de Mário Mascherbe e Cleide Antonia Rapucci. São Paulo. UNESP. 2003.

PESSINI. L. **Eutanásia: por que abreviar a vida?** São Paulo: Lovola. 2004.

SINGER. P. **Ética prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

. **Vida ética**. Tradução de Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro. 2002.

. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano. 2004.

Submetido em 9 de julho de 2010

Aprovado em 18 de novembro de 2010